



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor  
Serviço Médico de Emergência

OFÍCIO 350/2024 – GBSEGP/SEGP

Brasília, 22 de dezembro de 2024.

A Sua Senhoria  
**HELOISA LOPES MIRANDA**  
Coordenação de Apoio Técnico a Contratações

**Processo 00200.019744/2024-27**

**Assunto: Encaminhamento ao órgão técnico para visto de minuta de edital, bem como para manifestação quanto às sugestões feitas pela COPEL e adequações do Termo de Referência, se for o caso.**

Senhora Coordenadora,

Em resposta ao Ofício nº 1089/2024 – COATC/SADCON, após conferência na minuta de edital em sua íntegra, e verificação de adequação junto ao Termo de Referência, este órgão Técnico informa que foram realizadas as seguintes alterações, nos moldes propostos:

Número da Recomendação da COPEL	Número da Nota do edital	Item do TR alterado	Ajuste realizado	Justificativa, se for o caso
	NOTAS AO OT 1 e 2	2.5.1 e ao longo de todo TR.	Feitos os ajustes conforme recomendado.	





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor  
Serviço Médico de Emergência

	NOTA AO OT 3	5	Indicado os gestores e fiscais do contrato, conforme recomendado.	
	NOTA AO OT 4	7.12 e anexo VII	Feita a inclusão do anexo “Termo de Sigilo” e inserida uma disposição, no item Obrigações da Contratada, relativa à assinatura do Termo.	
	NOTA AO OT 5		Ratifica-se a adequação do texto destacado, para fins de edital.	
	NOTA AO OT 6	7.7	Feita a exclusão do trecho deste item, para tornar a redação mais objetiva.	
	NOTA AO OT 7	1.2.1	Ratifica-se a pertinência textual, e informa-se que não será exigida qualificação desses profissionais, pois não se trata de atividade privativa a um tipo de	





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor  
Serviço Médico de Emergência

			profissão, como é no processo da Regulação.	
	NOTA AO OT 8	9.2	Considerando que os citados preceitos não são de domínio público, e o OT não possui as informações para inserir no TR como Anexo, esse trecho foi excluído.	
	NOTA AO OT 9		Este OT informa ratifica a pertinência da redação.	
	NOTA AO OT 10	15.2	Feita a retificação do item, conforme recomendado.	
	NOTA AO OT 11	11.1	Feito o ajuste da redação, conforme recomendado.	
	INCLUSÃO DO PRÓPRIO ÓRGÃO TÉCNICO.	4.1.1 e 4.1.2	inserido no Termo de Referência, justificativa para a vigência inicial superior a 12 (doze) meses,	Considerando que há o precedente da contratação vigente para este mesmo objeto, que teve vigência inicial de 36 meses consecutivos; considerando que inexistente comando legal a





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor  
Serviço Médico de Emergência

				<p>vedar a estipulação por parte da Administração de prazos de vigência superiores a 12 (doze) meses nos contratos de serviços continuados, uma vez que a nova lei de licitações, em seu artigo 107, estabelece limites de vigência máxima, mas não prazos mínimos, e muito menos proíbe a vigência mínima superior a 12 meses. Pelo contrário, ela admite a vigência superior a 12 meses para contratação de serviços continuados, por meio do artigo 98, parágrafo único, <i>in verbis</i>: “Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos <b>com vigência superior a 1 (um) ano</b>, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no caput</p>
--	--	--	--	---





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor  
Serviço Médico de Emergência

				<p>deste artigo."; Reconhece-se, assim, que a adoção do prazo de 12 meses não retrata uma imposição legal, mas, longe disso, apenas reflete uma praxe administrativa. Logo, é possível que os contratos dessa natureza tenham sua duração inicial superior a 12 meses, desde que essa condição confira à Administração maior vantajosidade. Essa conclusão encontra amparo na Orientação Normativa nº 38, de 13 de dezembro de 2011, da Advocacia Geral da União, que estabelece que nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por</p>
--	--	--	--	--





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor  
Serviço Médico de Emergência

				<p>período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração; e c) é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente. Com base nessas razões, concluímos que o objeto que a administração pretende contratar é peculiar em relação a todos os demais da administração. Também é considerado complexo pois sua natureza envolve prestação de serviços de saúde que afetam direta e indiretamente a vida dos beneficiários do SIS, em todo território nacional. Ademais, é mais vantajoso do ponto de vista técnico,</p>
--	--	--	--	--





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor  
Serviço Médico de Emergência

				uma vez que estamos falando de 4 contratações, e, com isso, realizar 4 (quatro) prorrogações anuais geraria enorme impacto e oneração na mobilização de recursos humanos que o SIS não dispõe, e, por fim, há uma vantajosidade econômica para a administração com a vigência inicial de 30 meses, uma vez que alguns preços unitários informados, no âmbito da pesquisa de preços, foram menores para o prazo 30 meses, em comparação com os mesmos valores para vigência inicial de 12 meses, conforme se observa em anexo a este ofício.
RECOMENDAÇÃO DA COPEL 1		3.2.1	Este OT esclarece que a justificativa para o Lapso temporal que se encontra na alínea “b” deste item é	





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor  
Serviço Médico de Emergência

			suficiente. Ademais, foram inseridas justificativas para a fixação dos requisitos mínimos (dimensões qualitativa e quantitativa).	
RECOMENDAÇÃO DA COPEL 2		2.5.2	Feita adequação textual para facilitar o entendimento.	
RECOMENDAÇÃO DA COPEL 3		3.2.1	Feita supressão do trecho “emitido dentro dos últimos 5 (cinco) anos” e inserido o texto recomendado pela COPEL.	
RECOMENDAÇÃO DA COPEL 4		Anexo 1 do TR.	Feita a inclusão do texto sugerido.	

1. Foi juntado nos autos novo Termo de Referência (00100.230000/2024-90).
2. Foi enviado para o email [coatc@senado.leg.br](mailto:coatc@senado.leg.br) a última versão do TR em formato word, com as alterações e inclusões em destaque e as exclusões ~~taxadas~~ e também feita uma tabela resumida apontando em resumo as alterações feitas junto ao TR.







SENADO FEDERAL  
Secretaria de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor  
Serviço Médico de Emergência

Respeitosamente,

(assinatura eletrônica)  
JÁLISSON SANTOS CAVALCANTE  
Especialista Técnico do GBSEGP





